

O governo pode parar esses projetos. E ganhar Cr\$ 68 tri.

Uma economia de nada menos que Cr\$ 68 trilhões poderá ser obtida, caso o governo reavalie ou acabe com projetos considerados inviáveis. A paralisação definitiva de vinte projetos já garantiria uma economia de Cr\$ 600 bilhões este ano, Cr\$ 3 trilhões no próximo, Cr\$ 4 trilhões em 1987 e, ao longo de dez anos, Cr\$ 30 trilhões. A afirmação foi feita ontem no Rio pelo secretário de Controle das Estatais, Henry Philip Reichstul (foto), que defendeu o fim da política de controle de preços.

Segundo ele, esta política já trouxe para o governo prejuízos de Cr\$ 2,5 trilhões, que poderão chegar a Cr\$ 20 trilhões até dezembro. "Não vale a pena manter o sistema por longo tempo, apesar de ter sido necessário nos meses de abril e maio".

Após admitir que o programa nuclear poderá ser reavaliado e que a usina Angra-3 "pode ser uma hipótese de paralisação", disse que em termos de cortes de despesas estão acertados cerca de Cr\$ 25 trilhões, sendo de Cr\$ 3 trilhões a Cr\$ 6 trilhões em custeio, Cr\$ 1 trilhão com pessoal e Cr\$ 20 trilhões em investimentos. Nos cortes em investimentos estão embutidos Cr\$ 4 trilhões da Previdência Social, "cujo déficit estimado em Cr\$ 4,2 trilhões vamos zerar este ano".

Reichstul disse que os cortes serão feitos de forma moderada. Segundo explicou, essa preocupação



deve-se ao fato de que no passado as empresas estatais trabalhavam com orçamentos irrealistas, com base em inflação subavaliada para atender aos conceitos de controle estabelecidos pelo Fundo Monetário Internacional.

— Dessa forma, fica muito difícil chegar a uma empresa que estourou seu orçamento estabelecido nível irrealista e começar a exigir eficiência e produtividade. Informou que existem outras empresas e autarquias que não têm receita própria como o IBGE, que dependem exclusivamente de dotações orçamentárias, onde a política de redução de gastos deve ser vista de forma mais cautelosa.

O orçamento do governo é de Cr\$ 400 trilhões, ou seja, US\$ 60 bilhões, representando 30% do pro-

duto interno bruto (PIB), que, deduzidos os insumos comprados pelas estatais e subsídios concedidos, sobra o equivalente a 10% do PIB. Como a oferta de dinheiro externo está bastante reduzido, o governo terá de encontrar novas formas de financiamento para as suas necessidades de recursos, e "além do mais não somos mais obrigados a engolir pacotes para trazer recursos externos".

Ao falar no auditório da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para integrantes da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais (Abamec-Rio), o secretário da Sest disse ser necessário criar condições que fortaleçam o mercado de capitais. A propósito lembrou que o poder de endividamento das estatais está esgotado e só a nível de orçamento da Sest, Estados e Municípios serão precisos de US\$ 10 a 12 bilhões, dos quais apenas US\$ 6,5 bilhões já estão garantidos, restando no mínimo US\$ 3,5 bilhões que terão de ser gerados internamente.

"Mas o mercado de ações ainda é muito pequeno para atender às necessidades de recursos do governo a curto prazo, pois ao longo de 1984 conseguiu captar Cr\$ 4 trilhões." Outra forma de reduzir o déficit seria privatizá-lo. "Essa dívida deve ser socializada pelo governo como um todo, mas isso não impede que parte dela seja transformada em investimento."